

BREVÍSSIMA HISTÓRIA DA TEORIA DA TRADUÇÃO NO OCIDENTE I. OS ROMANOS

Mauri Furlan
UFSC

O presente artigo constitui a primeira parte de um estudo sobre a história da teoria da tradução no Ocidente, desde a época clássica romana até o Renascimento¹. Ao repassar a prática tradutora realizada no período proposto, nossa preocupação se centra nos modos em que dita prática pode efetivar-se em seus momentos mais expressivos. A tradutologia ainda está se articulando para a constituição de uma história do pensamento sobre a tradução; no entanto, importantes contribuições têm sido oferecidas depois que se reconheceu a teoria retórica como o código principal da teoria da linguagem na Antigüidade, um código que deu um marco teórico fundamental para as discussões atuais sobre a tradução produzida até o século XVIII.

Os Romanos

A tradição escrita ensina que no II milênio a.C., na Ásia Menor, assírios, babilônios e hititas realizavam um trabalho especializado de escritura: traduziam a correspondência oficial dos estados (Mounin 1965: 30). Mas, à parte os períodos pouco claros da história da tradução e o da Septuaginta – a primeira grande tradução (séculos III a.C. – I a.C.) conhecida em nossa cultura, feita do hebraico ao

grego, “carente de mérito literário y plagada de hebraísmos” (García Yebra 1989: 302) –, a primeira tradução literária de uma língua a outra (Highet 1996: 169) foi realizada por volta do ano 250 a.C., com a tradução ao latim da *Odisséia* de Homero por Lívio Andrônico, o “primeiro tradutor europeu” (Ballard 1992: 38). Curiosamente sua língua materna era o dórico, um dos quatro principais dialetos da língua grega. Fez sua tradução em versos saturninos. Fragmentos desta obra revelam que “la traducción era exacta, el estilo – de ordinario – simple y preciso, con algunos logros, pero muy lejos de la flexibilidad cambiante del griego, y en ocasiones desviado, lleno de epítetos inútiles” (Bayet 1996: 48). A partir de então, vários autores latinos se serviram de modelos gregos seja como fonte para traduções mais ou menos livres, seja como inspiração para suas (re)criações mais ou menos pessoais. A gênese da literatura latina está na tradução e imitação de modelos gregos.

A primeira época na história da tradução literária ocidental consiste pois em traduções do grego ao latim. Contudo, os romanos, embora tenham constituído sua literatura sobre modelos gregos, não tinham uma necessidade imperiosa de traduzir do grego, uma vez que sua sociedade era basicamente bilíngüe. Suas traduções revelam antes seu interesse pelas criações literárias, pelos conhecimentos científicos de outros povos, e o desejo de erigir sua própria literatura. Rita Copeland lembra que os romanos reconheceram a língua grega como a mais ilustre e que, por isso, a tradução do grego ao latim pode ser descrita como um movimento vertical descendente do maior ao menor (1991: 11). A exaltação dos modelos gregos por parte dos romanos tem sido vista também como prova de sua falta de originalidade. No entanto, esta é uma crítica que desconsidera o papel da *mimesis* na criação literária da Antigüidade (Ritoré 1994: 604), assim como o fato de que os romanos se consideravam continuadores dos modelos gregos, e que seu sistema literário tinha criado uma hierarquia de textos e autores que superava os limites lingüísticos: este sistema refletia o ideal romano do estado hierárquico, centralizado e tutelador, baseado

na lei da razão (Bassnett 1980: 43).

Pode-se, não obstante, afirmar, como o faz Folena, que o fenômeno da tradução era para os romanos muito mais importante, habitual e familiar que para os gregos. Para estes, o conceito cultural de tradução é praticamente inexistente até aproximadamente a época alexandrina, e a terminologia permanece genérica e muito pouco técnica, enquanto que o latim apresenta para o conceito do traduzir “*articolazioni complesse e sottili, con una sinonimia ben differenziata in nozioni e connotazioni particolare*” (Folena 1991: 8). Na tradução artística, uma invenção latina, se produziu uma romanização não só da expressão mas também do conteúdo, com ênfase no texto de chegada, e a este novo valor se denominou com os verbos *uertere* e o compuesto *conuertere, transuertere e imitari*. *Explicare* também compartilha estas noções, mas em São Jerônimo assume o significado de acentuação sobre a funcionalidade semântica mais que sobre o ornato retórico. Outras acepções latinas oferecem os verbos *interpretari*, que parece colocar a atenção sobre o conteúdo, a dependência e o esforço de fidelidade da cópia; *exprimere*, que parece enfatizar a marca formal do calco; e *reddere*, que indicaria a correspondência formal não literal entre original e tradução. No latim tardio e na Idade Média vai predominar o termo *transferre*, e, ainda mais, de seu derivado participial, o verbo *translatate*, que oferece o substantivo *translatio* e o agente *translator*. Outros termos surgiram em diferentes países europeus durante a Idade Média, alguns conseguindo manter-se por um tempo maior que outros. O francês antigo acunhou o verbo *romancier*, com o significado de ‘colocar em língua romance’, ‘expor’, ‘colocar em rima’, ‘narrar’, e da mesma raiz o espanhol tirou *romançar, romancear*. O italiano criou o verbo *volgarizzare*, que decaí a partir do *Trecento*, passando a dominar o *traslatate* com um valor mais genérico, indicando as traduções tanto de outras línguas vernáculas como do latim ao italiano, e de outras línguas ao latim. A raiz dos modernos ‘tradurre’ (1420) italiano; ‘traduire’ (1480) francês; ‘traducir’ (1493-95) castelhano; ‘traduir’ (1507) catalão; ‘traduzir’

(1537) português; ‘a traduce’ rumeno, originados de *traducere*, começa no Humanismo, com Leonardo Bruni (Folena 1991: 8-10; 17-19; 34;71).

Na história destes termos, segundo o relato de Folena, a primeira aparição de *traductio* se dá junto ao verbo *traducere* numa carta de Bruni datada de 5 de setembro de 1400. *Traductio* seria uma inovação semântica fundada sobre uma passagem de Gelio em *Noctes Atticae* (I, 18, 1) onde se fala de um “uocabulum Graecum traductum in linguam Romanam”. Pode-se questionar se se trata de um forçamento intencional ou de um malentendido, um erro semântico de tradução. O vocábulo *traductio* é já usado por Cícero (*De oratore*, III, 42, 167) como um tecnicismo retórico, indicando a introdução material na língua de chegada de um vocábulo estrangeiro, ou seja, um empréstimo. É a atuação oposta ao *transferre* ou *interpretari* (Folena 1991: 72). George Steiner, por um lado, afirma que “Bruni interpretó mal una frase de las *Noches áticas* de Aulo Gelio, donde el latín significa en realidad ‘derivar de, llevar a’” (1998: 302). Folena, por outro lado, crê que Bruni não se equivocou, mas que muito conscientemente escolheu um vocábulo novo,

non consunto come *transferre*, dove l’operazione di trapianto d’una in altra lingua si manifestasse con maggior energia e plasticità: e *traduco* non solo era piú dinamico di *transfero*, ma rispetto al suo piú vulgato predecessore conteneva, oltre al tratto semantico dell’ “attraversamento” e del “movimento”, anche il tratto della “individualità” o della causatività soggettiva (si pensi o *duco/dux* rispetto a *fero*), sottolineando insieme l’originalità, l’impegno personale e la “proprietà letteraria” di questa operazione sempre meno anonima (Folena 1991: 72).

Com uma postura distinta, Aires Nascimento apresenta a hipótese de que os termos *traducere* e *traductio* deviam estar

ocorrendo já anteriormente ao tratado bruniano, uma vez que um neologismo deste tipo “representaria uma concessão menos esperada por parte de um purista da língua latina como era aquele humanista” (1998: 133), e que, se fosse um neologismo, teria merecido alguma explicação.

Em *Rhetoric, Hermeneutics, and Translation in the Middle Ages*, 1991, Rita Copeland faz uma excelente análise sobre a concepção da tradução entre os romanos, enfocada a partir do marco teórico da retórica e da gramática, da qual vale recordar algumas idéias. As escolas romanas praticavam um modelo de ensino semelhante ao das escolas gregas, e em ambas a disciplina de gramática compreendia não somente o estudo técnico da linguagem mas também o comentário ou crítica textual, e a disciplina de retórica ensinava como produzir argumentos persuasivos e discursos públicos. A maior diferença entre estas escolas, e que nos interessa aqui, é que na romana a tradução era uma prática comum tanto no aprendizado de gramática como de retórica. Nos estudos gramaticais, era considerada uma forma de comentário textual, e nos de retórica, uma forma de imitação. Daí também a grande superposição entre as práticas de comentários, tradução e imitação literária (1991: 9-10). A tradução entre os romanos estava vinculada à teoria e prática da imitação de modelos literários, mas diferentemente de outras formas de imitação retórico-literária, a teoria da tradução

is figured as a pattern of transference, substitution, and ultimately displacement of the source. [...] The aim of translation is to reinvent the source, so that, as in rhetorical theory, attention is focused on the active production on a new text endowed with its own affective powers and suited to the particular historical circumstances of its reception. [...] This aim has two causes: first, translation arises from an acknowledgment of difference; and second, the Roman reverence for Greek culture was simply a corollary of the

desire to displace that culture, and eliminate its hegemonic hold, through contestation and hence difference (Copeland 1991: 30).

A tarefa da tradução é concebida como a produção de uma réplica através da diferença, do deslocamento, da substituição e da apropriação cultural ou canônica. E a retórica oferece um modelo de hermenêutica para a realização desta tarefa. Foi no classicismo latino onde surgiram as primeiras reflexões mais significativas sobre a tradução, “als die römischen Autoren sich in ihren Originalwerken mehr von den Vorbildern lösten, und umgekehrt sich in den Übersetzungen stärker um genaue Nachbildung bemühen konnten”² (Stolze 2001: 18). O principal teórico da tradução e tradutor do período clássico foi Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.).

Cícero

Duzentos anos depois de Roma ter conhecido a *Odyssea*, na tradução de Lívio Andrônico, Cícero, em 46 a.C., oferece a primeira reflexão sobre a arte e a tarefa do traduzir, principalmente em *De optimo genere oratorum*³, levantando, segundo a interpretação de G. Mounin, o grande problema teórico que dominará a tradução por dois mil anos: deve-se ser fiel às palavras do texto ou ao pensamento contido nele? (1965: 31). Nas poucas linhas que tratam da tradução, *De optimo genere oratorum* assinala duas maneiras de traduzir: a do ‘orador’ e a do ‘intérprete’.

Nec conuerti ut interpres, sed ut orator, sententiis isdem et earum formis tamquam figuris, uerbis ad nostram consuetudinem aptis. In quibus non uerbum pro uerbo necesse habui reddere, sed genus omne uerborum uimque seruaui. [...] Quorum ego orationes, ut spero, ita expressero uirtutibus utens illorum omnibus, id est sententiis et earum figuris et rerum ordine,

uerba persequens eatenus, ut ea non abhorreant a more nostro...
(Cícero 1996: 38; 40; V, 14; VII, 23).

Não traduzi como intérprete, mas como orador, com os mesmos pensamentos e suas formas bem como com suas figuras, com palavras adequadas ao nosso costume. Para tanto não tive necessidade de traduzir palavra por palavra, mas mantive o gênero das palavras e sua força. Não considere, pois, ser mister enumerá-las ao leitor, mas como que pesá-las. [...] Se, como espero, eu tiver assim reproduzido os discursos dos dois servindo-me de todos seus valores, isto é, com os pensamentos e suas figuras e na ordem das coisas, buscando as palavras até o ponto em que elas não se distanciem de nosso uso...

Para Cícero, ‘traduzir como orador’ é conservar os mesmos pensamentos e suas formas e figuras, com palavras adequadas ao costume romano, sem necessidade de traduzir palavra por palavra mas mantendo o mesmo gênero (qualidade, condição, caráter). O ‘intérprete’, por sua vez – se deduz –, também deveria manter o conteúdo lógico do original e reproduzir com a maior exatidão possível as idéias, as figuras e a ordem expositiva. A diferença entre ambas atitudes se referiria às palavras. O intérprete traduziria palavra por palavra (*uerbum pro uerbo*), reproduzindo-as inclusive no mesmo número (*adnumerare*) em que se encontravam no original. Este pensamento de Cícero se prestou, ao longo dos séculos, a interpretações muito distintas, tendo sido utilizado freqüentemente para justificar a tradução fundada sobre uma apreensão global do sentido, em oposição a uma tradução literal: “non uerbum pro uerbo necesse habui reddere, sed genus omne uerborum uimque seruauit.”

Opondo-se a uma longa tradição, Valentín García Yebra, ao investigar a tradução em Cícero, afirma que “nada justifica que se le considere el primer teórico o preceptista de la traducción” (1980: 152), afirmando: 1) a menção feita ao “intérprete” objetiva somente marcar a diferença entre a maneira de trabalhar deste e a de Cícero; 2) apenas indiretamente se pode deduzir sua concepção de ‘tradução

de intérprete'; 3) Cícero nunca quis oferecer preceitos para a atividade dos tradutores (1980: 152). E além disso, o testemunho de São Jerônimo, em sua epístola *Ad Pammachium de optimo genere interpretandi*, “confirma que o *conuertere* ou *uertere* de Cícero não era ‘traduzir’, mas, ‘parafrasear’, ‘refundir’ ou ‘adaptar’” (1980: 151):

Quanta in illis [Cícero] praetermiserit, quanta addiderit, quanta mutaverit, ut proprietates alterius linguae suis proprietatibus explicaret... (Jerônimo 1996: 50; V, 2).

... todas as omissões, acréscimos e mudanças que [Cícero] introduziu nessas traduções com o objetivo de trasladar as expressões próprias da outra língua servindo-se daquelas da sua.

Seguindo esta linha de pensamento, Michel Ballard (1992) lembra que a reflexão de Cícero, apresentada como um prefácio à tradução de dois discursos, um de Ésquines e outro de Demóstenes, não foi elaborada num tratado específico de tradução mas num tratado de eloquência, sobre um gênero, a imitação, no qual o próprio autor assinala não ter praticado um trabalho de tradutor mas um tipo de imitação: “*nec conuerti ut interpres, sed ut orator*”. A tradução de que fala Cícero seria uma forma de imitação e seu raciocínio apresentaria contradições:

ce désir de privilégier la langue d'arrivée par souci d'efficacité est certes défendable, mais une sorte de cécité linguistique l'empêche de voir qu'il ne peut prétendre donner une idée d'un style en latinisant le texte grec, et qu'il a une sorte de contradiction à prétendre offrir un texte où “les pensées restent les mêmes, ainsi que leur tour et leurs figures” et où “les mots sont conformes à l'usage de notre langue” (Ballard 1992: 41).

Seria, portanto, no marco de uma atividade imitativa onde Cícero falaria da tradução, num tratado cujo objeto é a aquisição da eloquência pela imitação de oradores gregos, e onde afirma não ter feito tradução mas imitação. Neste sentido, mas com distintas conclusões, para Rita Copeland a teoria da tradução contida nos escritos de Cícero foi formulada “not with the express aim of defining the practice of translation itself, but rather as a way to defining the status of rhetoric in relation to grammar. [...] and to conserve the status of rhetoric as the master discipline” (1991: 9; 96).

No entanto, dos textos ciceronianos se depreende uma concepção de tradução (*ut orator*), cujo método e finalidade se assemelham às versões que se faziam comumente do grego, os quais podem ser melhor entendidos quando iluminados pelos escritos de Quintiliano. Numa das passagens de sua *Institutio oratoria* (X, 5, 2-5) que abordam o tema, o professor de retórica expõe a tradução como um exercício retórico, que deve fazer uso de recursos desta arte e competir com seu modelo; comenta também que Cícero traduziu desta forma obras de Platão e Xenofonte:

Vertere Graeca in Latinum ueteres nostri oratores optimum iudicabant (X, 5, 2).

Et ipsis sententiis adicere licet oratorium robur, et omissa supplere, effusa substringere (X, 5, 4).

Circa eosdem sensus certamen atque aemulationem (X, 5, 5).

Id Cicero sua ipse persona frequentissime praecepit, quin etiam libros Platonis atque Xenophontis edidit hoc genere tralatos (X, 5, 2).

Traduzir do grego ao latim era, na concepção de nossos antigos oradores, o melhor exercício. [...]

Aos pensamentos mesmos se pode acrescentar a força oratória, suprir os incompletos, encurtar os extensos. [...]

Em torno aos mesmos pensamentos haja luta e emulação. [...] Isto aconselha freqüentemente o próprio Cícero em pessoa,

quem também publicou os livros de Platão e Xenofonte traduzidos desta maneira.

Também Plínio o Jovem, ca. 100 d.C., numa carta a Fusco (VII, 9), apresenta a tradução como um exercício de retórica, no qual a tradução que se praticava consistia em grande parte de paráfrases e imitação:

Vtile in primis, et multi praeceperunt, uel ex Graeco in Latinum uel ex Latino uertere in Graecum; quo genere exercitationis proprietates splendorque uerborum, copia figurarum, uis explicandi, praeterea imitatione optimorum similia inueniendi facultas paratur. Simul quae legentem fefellissent transferentem fugere non possunt (VII, 9, 2).

Antes de tudo é útil, e muitos recomendaram traduzir seja do grego ao latim seja do latim ao grego; porque com este tipo de exercício se procura a propriedade e o resplendor das palavras, a riqueza das figuras, os métodos para amplificar, e, além disso, a faculdade para criar de maneira similar a partir da imitação dos melhores. Ao mesmo tempo, o que haja falhado ao leitor, não pode escapar ao tradutor.

Assim, compartilham vários investigadores a hipótese de que a tradução à que se refere Cícero é antes imitação. Para Guillermo Serés (1997), o que Cícero defende é a tradução definida como *imitatio* ou *aemulatio*, a que, no fim das contas, apresenta dignidade literária. Tradução é reelaboração. Para isso é necessário o uso da oratória e da eloquência, transplantando e naturalizando o modelo original: “traducir vale tanto como suplantar retóricamente el original, reinventar la *eloquentia* griega, apropiársela, o, mejor, latinizarla” (Serés 1997: 27). Isso significa tradução retórica e defesa do texto de chegada, como também o consideram Jean Delisle e Judith Woodsworth, que citam Copeland:

Au temps de l'Empire romain, la traduction se définissait como "un procédé rhétorique permettant de faire voir l'écart séparant une traduction de son original" (Delisle-Woodsworth 1995: 78).

Na interpretação de Rita Copeland, os preceitos de Cícero de traduzir *non uerbum pro uerbo*, mas de manter a força e as figuras da linguagem e as *sententiae* em geral, representam um princípio de conservação dirigido não ao serviço do texto fonte, mas em benefício da língua de chegada. Para Cícero, reconstituir o texto verbal e estilisticamente representa um ato de resignificação, no sentido de uma 'mudança corrente': todos os elementos do texto, forma e estilo, dependem da interpretação, são adaptados *ad nostram consuetudinem*, transplantados, naturalizados, transferidos ao sistema do latim corrente, "so that the translation can virtually supplant the original as a rhetorical model" (1991: 33-34). Para Cícero, as reivindicações da tradução se expresam em termos de transgressão textual, em termos de capacidade heurística da *elocutio* (1991: 47). Esta interpretação de Copeland é reafirmada por Folena (1991: 8), para quem, a tradução de que fala Cícero comporta um pleno domínio de toda a *compositio* retórica, ou seja, uma articulação harmônica e estudada do período.

Serés lembra que as diretrizes teóricas de Cícero devem ser julgadas desde sua perspectiva histórica, isto é, deve-se considerar, pois, que naquele tempo havia um forte sentimento de *aemulatio* e de defesa da *latinitas*, e que havia uma grande familiaridade com a língua grega – a sociedade culta era bilíngüe –, e por isso a finalidade da tradução não era principalmente de informação ou ampliação cultural para aqueles que não dominavam a língua estrangeira, mas o "perfeccionamiento de la pericia retórica" (1997: 27). Também Copeland crê que o objetivo geral do texto de Cícero é "to mediate Attic principles by matching them with their Latin correspondents" (1991: 33). Com um enfoque distinto do de García Yebra, para Serés, Cícero ao falar de tradução *ut interpretes* e *ut orator* expõe

uma bipolaridade, *interpretatio ad uerbum* e *imitatio* ou *aemulatio*, diferenciadora de dois tipos de tradução. A do *interpres* ou *ad uerbum* é estritamente técnica, e objetiva explicar ou esclarecer; a segunda, do *orator* ou *imitatio* é a literária. A finalidade da tradução *ad uerbum* “tenía poco sentido [...] porque el público a que se dirigía Cicerón era capaz de leer un original griego” (1997: 26-28). A conclusão é de que Cícero traduziu seus ‘modelos’ com um grande desejo de configuração literária, o que se vincula estreitamente ao conceito literário de *aemulatio* como reprodução competitiva (Stolze 2001: 18).

Uma das interpretações mais interessantes, por seu carácter divergente, sobre a concepção ciceroniana de tradução é a de Sebastiano Fausto da Longiano no *Dialogo del modo de lo tradurre d’una in altra lingua secondo le regole mostrate da Cicerone*, 1556. Fausto da Longiano (1991: §§ 71-120) defende a tese de que Cícero traduzia *ut interpres* e que advogava por este tipo de tradução, o qual se diferenciava muito pouco do tipo *ut orator* – a grande semelhança entre as duas formas de tradução também é reafirmada por Copeland –. A tradução ciceroniana dos discursos gregos a que se refere Cícero seria antes uma exceção em sua prática tradutora, porque se não o tivesse feito de maneira distinta à habitual não teria dito que o fizera *ut orator*. Para este humanista, não se pode atribuir a Cícero a alternativa de tradução segundo a letra ou segundo o sentido – como interpreta Mounin, por exemplo – porque o orador romano não fala em nenhuma de suas obras a respeito. O tradutor fiel ao sentido – não discutido por Cícero –, trairia o estilo do original para adequar-se ao gosto do novo público.

La differenza tra il “convertere ut interpres” – a cui va il favore di Fausto – e il “convertere ut orator” consiste dunque nel fatto che l’“interpres” persegue con coerenza la riproduzione dello stile dell’originale in tutti i casi in cui la lingua d’arrivo lo permetta, mentre l’“orator”, nel suo tentativo di riproduzione, ricorre in misura maggiore a equivalenze stilistiche nella lingua di arrivo (Guthmüller 1991: 41).

Horácio

Cerca de trinta anos depois do comentário de Cícero sobre a tradução, Horácio escreve a *Epistula ad Pisones*, ca. 13 a.C., sobre problemas relativos à estética literária, à criação poética, e que por seu conteúdo essencialmente teórico, é tratada como um “texto científico” (Schäfer 1989: 56) pouco tempo depois de sua publicação, e nomeada por Quintiliano em sua *Institutio oratoria* (I, 8, 3) com o título de *Liber de arte poetica*. Neste texto, Horácio trata basicamente do teatro, sendo um de seus principais postulados o de que a criação poética é uma imitação e sua finalidade é a representação cênica (Grimal 1968: 38).

Ao lado do texto de Cícero, os versos 133-134 da *Ars poetica* fizeram história no universo da tradução, e foram interpretados e utilizados tanto pelos defensores da tradução livre como pelos da literal:

Nec uerbum uerbo curabis reddere fidus
Interpres.

No entanto, ao menos desde o século XVI – veja-se, por exemplo, Jacques Peletier, o capítulo *Des traductions* de sua *Art poétique*, 1555 –, alguns estudiosos apontam um equívoco na interpretação dos versos horacianos que, “curiosamente”, como o qualifica García Yebra (1994), persiste até nossos dias. Ao escrever esses versos, o poeta romano não se dirigia a tradutores mas a escritores, aconselhando-os a buscar originalidade não no que dizem, mas na maneira de dizê-lo. O ‘tradutor’ é um elemento de comparação: o escritor, ao tratar um assunto conhecido, não deve fazê-lo servindo-se das mesmas palavras de sua fonte, pois isso é o que faria um ‘tradutor fiel’. Horácio não estava dando preceitos para a tradução. A interpretação errônea parte da descontextualização dos versos. Basta com que se considere alguns versos anteriores para chegar a outra conclusão:

Difficile est proprie communia dicere; tuque
Rectius Iliacum carmen deducis in actus
Quam si proferres ignota indictaque primus.
Publica materies priuati iuris erit, si
Non circa uilem patulumque moraberis orbem,
Nec uerbo uerbum curabis reddere fidus
Interpres nec desilies imitator in artum,
Unde pedem proferre pudor uetet aut operis lex.
(*Ars poetica*, vv. 128-135)

É difícil contar, com propriedade, coisas popularizadas. Tu, porém, podes pôr em cena um canto iliaco mais convenientemente do que se mostrasses pela primeira vez coisas desconhecidas e inéditas. Matéria pública será de direito privado, se não delirares em torno de um ponto desprezível e banal, nem fiel tradutor tratares de traduzir palavra por palavra, nem imitador te lançares numa situação embaraçosa, de onde a timidez ou a estrutura da obra não permita sair.

Frederick Renner crê que, nesta passagem, Horácio está distinguindo entre o plágio (*furtum*) e a imitação. A imitação seria recomendada se o poeta fosse competente, ou seja, capaz de dissimular a fonte e incorporar o material emprestado numa nova e coesa criação (1989: 308).

A Fausto da Longiano tampouco lhe passa despercebida a problemática de interpretação do texto horaciano (1991: §§ 131-137). O humanista italiano percebe que a *Ars poetica* oferece distintas possibilidades de compreensão: se Horácio tratava da imitação, a tradução a que se referia seria a das palavras, e aconselhava ao imitador a não verter palavra por palavra, porque isto é trabalho do ‘tradutor fiel’ e não do imitador. Por outro lado, se Horácio falava de tradução e não de imitação, poderia estar aludindo tanto à tradução do sentido como das palavras.

Da época dos romanos, cuja literatura nasce da tradução, sabe-se que houve uma atividade tradutora e literária que,

entremescladas, produziram o que hoje se conhece como a literatura romana. Contudo, os poucos registros de reflexões sobre a prática da tradução neste período não foram escritos com o propósito de investigar o tema em si ou de oferecer preceitos sobre a melhor maneira de traduzir, mas que se encontram de forma quase casual em textos que tratam de outras questões. Dois dos maiores escritores romanos, Cícero e Horácio, que têm sido citados durante séculos principalmente em defesa da tradução livre não foram preceptistas da tradução. No entanto, estes poucos testemunhos do passado dão a conhecer a clara existência de ao menos duas formas de tradução praticadas entre eles, a tradução de palavra por palavra ou “técnica” (Serés) e a tradução parafrástica, criativa ou retórica; ou, em outros termos, a tradução gramatical e a retórica. Dada a existência do bilingüismo ou mesmo trilingüismo da sociedade romana e admitida sua visão da tradução como produção literária, afirma Bassnett que a arte tradutora então praticada foi única no gênero: o leitor romano podia considerar a tradução um metatexto em relação com o original, e o tradutor romano, que era julgado por sua habilidade em usar criativamente seu modelo, podia conceber a tarefa da tradução como exercício de estilística comparada (1980: 45).

Notas

1 Posteriormente serão publicados por esta revista outros dois artigos relativos ao tema – “A Idade Média” e “O Renascimento” –, que abrangerão o período proposto.

2 ... “quando os autores romanos, em suas obras originais, mais se afastaram dos modelos, e, ao contrário, nas traduções, puderam se esforçar mais intensamente por uma reprodução exacta.” (Todas as traduções neste artigo, quando não fazem referência ao tradutor, são de minha autoria).

3 Cícero apresenta outros comentários sobre a arte da tradução em *Acad.*, I, 10; II, 31; *Leg.*, II, 17; *Tusc.*, III, 41; III, 44; *Ad. Att.*, VI, 2, 3; *De fin.*, II, 13; III, 15; III, 35.

Bibliografia citada

BALLARD, Michel, 1992, *De Cicéron a Benjamin – traducteurs, traductions, réflexions*, Lille, PUL.

BASSNETT-MCGUIRE, Susan, 1980, *Translations studies*, Nueva York, Methuen & Co.

BAYET, Jean, 1996, *Literatura latina*, Barcelona, Ariel. Trad. de José-Ignacio Ciruelo.

CÍCERO, Marco Túlio, 1996, “De optimo genere oratorum/Sobre el mejor género de oradores”, en F. Lafarga (ed.), *El discurso sobre la traducción en la historia. Antología bilingüe*, Barcelona, EUB, pp. 32-44. Trad. de José Ignacio García Armendáriz.

COPELAND, Rita, 1991, *Rhetoric, hermeneutics, and translation in the Middle Ages – academic traditions and vernacular texts*, Cambridge, University Press.

DELISLE, Jean & WOODSWORTH, Judith, 1995, *Les traducteurs dans l’histoire*, Ottawa, Université.

FAUSTO DA LONGIANO, Sebastiano, 1991, “Del modo de lo tradurre d’una in altra lingua secondo le regole mostrate da Cicerone”, en *Quaderni Veneti*, 12, pp. 57-132.

FOLENA, Gianfranco, 1991, *Volgarizzare e Tradurre*, Torino, Unione Tipografico-Ed. Torinese.

GARCÍA YEBRA, Valentín, 1980, “¿Cicerón y Horacio preceptistas de la traducción?”, en *Cuadernos de filología clásica*, XVI, pp. 139-154.

_____, 1989, *En torno a la traducción – teoría, crítica, historia*, Madrid, Gredos.

GRIMAL, Pierre, 1968, *Essai sur l'Art Poétique d'Horace*, Paris, SEDES.

GUTHMÜLLER, Bodo, 1991, “Fausto da Longiano e il problema del tradurre”, en *Quaderni Veneti*, 12. Trad. de Rosamaria Brandt & Nicoletta Negri.

HIGHET, Gilbert, 1996, *La tradición clásica*, 2 vols., México, FCE. Trad. de A. Alatorre.

HORACIO, 1961, *Satire, Epistles and Ars poetica*, Londres, Loeb Classical Library.

JERÔNIMO, São, 1996, “Epistula LVII. Ad Pammachium. Liber de optimo genere interpretandi/Carta LVII a Pammaquio, sobre el mejor género de traducción”, en F. Lafarga (ed.), *El discurso sobre la traducción en la historia. Antología bilingüe*, Barcelona, EUB, pp. 46-71. Trad. de José Ignacio García Armendáriz.

MOUNIN, Georges, 1965, *Teoria e storia della traduzione*, Torino, Einaudi.

NASCIMENTO, Aires A., 1998, “Traduzir, verbo medieval: as lições de Bruni Aretino e Alonso de Cartagena”, en Pérez González (ed.), *Actas II congreso hispánico de latín medieval (León, 11-14 de noviembre de 1997)*, León, Secretariado de Publicaciones, pp. 133-156.

PLÍNIO o Jovem, 1928, *Lettres/Epistulae*. Tomo III, libros VII-IX, Paris, Les Belles Lettres.

QUINTILIANO, 1979, *Institution Oratoire/Institutio oratoria*, Paris, Les Belles Lettres.

RENER, Frederick M., 1989, *Interpretatio – language and translation from Cicero to Tytler*, Amsterdam/Atlanta, Rodopi.

RITORÉ PONCE, Joaquín, 1994, “Ideas sobre la traducción y concepciones de la lengua en los autores antiguos”, en *Reflexiones sobre la traducción*, Cádiz, Universidad, pp. 603-611.

SCHÄFER, Eckart, 1989, “Nachwort”, en *Ars poetica/Die Dichtkunst*, Stuttgart, Reclam.

SERÉS, Guillermo, 1997, *La traducción en Italia y España durante el siglo XV. La “Iliada en romance” y su contexto cultural*, Salamanca, Universidad.

STEINER, George, 1998, *Después de Babel. Aspectos del lenguaje y la traducción*, México, Fondo de Cultura Económica. Trad. de Adolfo Castañón y de Aurelio Major.

STOLZE, Radegundis, 2001, *Übersetzungstheorien. Eine Einführung*, Tübinga, Gunter Narr Verlag.